

SELEÇÃO DA FORMA NOMINAL NO INTERIOR DA PERÍFRASE VERBAL: RESULTADO DE UMA RESTRIÇÃO SINTÁTICA DA GRAMATICALIZAÇÃO DE AUXILIARES

Sueli Maria COELHO

Universidade Federal de Minas Gerais
su.coelho@uol.com.br

Lorenzo Teixeira VITRAL

Universidade Federal de Minas Gerais
lvitral@gold.com.br

Resumo

A auxiliaridade resulta de um processo de gramaticalização em que uma forma verbal plena se gramaticaliza em auxiliar, formando uma construção (perífrase verbal). O sucesso e a produtividade de tal construção, contudo, decorrem de uma relação de regência estabelecida entre o termo regente e o termo regido da perífrase, sob determinados critérios. A pesquisa diacrônica empreendida para cinco auxiliares prototípicos da língua portuguesa permitiu o alcance das seguintes generalizações, que serão discutidas ao longo deste artigo: (a) numa perífrase verbal, a seleção das formas é consequência da restrição dos contextos sintáticos do item que se gramaticaliza e é regida pelo termo gramaticalizado, ou seja, pelo verbo auxiliar (termo regente, portanto), o qual seleciona a forma nominal (termo regido) que com ele vai co-ocorrer; (b) a seleção das formas nominais é também restritiva e determinada por dois critérios hierárquicos, quais sejam: (i) transitividade do auxiliar e (ii) (in)compatibilidade semântica aspectual entre os elementos da perífrase.

Palavras-chave

Auxiliaridade; gramaticalização; construção; transitividade; aspecto

Introdução

A despeito de haver, no cenário lingüístico, inúmeros trabalhos que se dediquem à investigação da auxiliaridade (cf. Câmara Júnior (1998 [1959]), Pontes (1973); Bynon (1985); Campos (1998), Mattos e Silva (2001), (Chomsky (1957) Radford (1997), Coelho (2006), entre outros), um estudo que se volva para a identificação dos fatores que operam no interior da perífrase verbal¹, determinando a seleção das formas nominais passíveis de co-ocorrência com os auxiliares parece ainda por fazer ou, pelo menos, por aprofundar. A título de ilustração do problema que aqui se levanta, evoca-se, num primeiro momento, o auxiliar *ter*, que forma perífrases verbais com o particípio (tenho *estudado*) e com o infinitivo (tenho de (que) *estudar*), mas não o faz com o gerúndio (*tenho *estudando*). Por outro lado, o auxiliar *estar*, que co-ocorre mais frequentemente com o gerúndio (estava *estudando*), forma perífrases verbais tanto com o particípio (estava *deitado*), como com o infinitivo (estava a *falar*), enquanto o auxiliar *ser* seleciona apenas o particípio (foi *verificado*) para com ele constituir perífrases de passiva. Dado o fato de que nem todas as formas nominais co-ocorrem com todos os verbos auxiliares, há, pois, de se cogitar a respeito da existência de um processo de seleção entre as formas constituintes dessas construções² que, segundo a aposta deste artigo, decorre da restrição dos contextos sintáticos imposta pela gramaticalização da forma auxiliar, conforme se tentará demonstrar ao longo deste texto.

Tal seleção, como já ilustrado, não se dá de forma aleatória, sendo, pois, regida por regras internas do sistema. Ao que parece, semelhante permissividade ou recusa é determinada por fatores de natureza sintática, já que ocorre no plano sintagmático da língua, e decorre da restrição de contextos imposta pela tramitação do verbo para a categoria de auxiliar, isto é, de seu processo de tramitação de item lexical a item gramatical. Estabelece-se, dessa feita, no interior da construção, uma relação de regência entre a forma auxiliar e a principal para selecionar as formas nominais que integrarão a perífrase. Resta, pois, identificar qual dos termos é o regente e qual é o regido, bem como precisar os critérios que determinam a escolha de uma ou mais formas e a seleção paradigmática de outra(s). Em outros termos, há de se identificar por que determinadas formas nominais são aceitas para co-ocorrer com determinados auxiliares, formando uma construção produtiva na língua, enquanto outras não o são, gerando construções agramaticais, tarefa que este artigo se propõe a empreender e que, dado a sua lacuna nos estudos lingüísticos, já o justifica.

¹ Embora alguns autores estabeleçam uma distinção entre locução verbal e tempo composto, tal distinção será neutralizada no âmbito deste texto, optando-se por empregar o termo perífrase verbal para se referir indistintamente às construções formadas de auxiliar mais forma nominal.

² O termo *construção*, nos domínios deste trabalho, está sendo empregado para se referir a uma unidade lingüística maior que a palavra – no caso a perífrase verbal – e, consequentemente, de maior complexidade sintática.

Restrição de contextos sintáticos na perífrase verbal como consequência da gramaticalização

Segundo prevê a literatura acerca da gramaticalização de formas linguísticas, o avanço de tal processo provoca a redução dos contextos sintáticos, tornando-os também mais previsíveis, já que as formas tendem a se tornar mais fixas à medida que tramitam do léxico para a gramática ou de uma posição menos gramatical para outra mais gramatical. Com base nessa assertiva, passa-se, nas subseções que se seguem, a analisar os contextos sintáticos de cinco verbos auxiliares prototípicos da língua portuguesa – quais sejam: *ter*, *haver*, *ser*, *estar* e *ir* – no intuito de testar contra os dados linguísticos a hipótese que norteia este estudo e que também intitula esta seção.

Análise das perífrases de TER

Os dados coletados por este estudo³, que tomou como objeto de análise um *corpus* composto de doze textos representativos dos períodos arcaico, moderno e contemporâneo da Língua Portuguesa, induzem à conclusão de que a seleção da forma nominal para compor a perífrase é determinada, num primeiro momento, pela transitividade do verbo (ou sua valência) que tramita da categoria de pleno a auxiliar. Considerando a acepção primeira de *ter* (= posse), vê-se que se trata de um verbo pleno cuja transitividade exige um sintagma de natureza nominal (SN). Ora, sabe-se que o particípio, em virtude de seu valor adjetivo, compartilha propriedades dos nomes. Câmara Júnior (1998 [1969]) adverte que “em princípio, não há entre as duas subdivisões [substantivos e adjetivos] uma distinção de forma. Muitos podem ser, conforme o contexto, substantivos ou adjetivos” (p. 87). Assim, o fato de o verbo *ter* selecionar um SN favorece a sua co-ocorrência com o particípio, que partilha tanto da natureza do nome quanto da do verbo. Em algumas ocorrências do período arcaico, o particípio flexionava-se em gênero e em número, podendo, inclusive, anteceder o substantivo, conforme atestam estes exemplos:

- (01) “estas// Cousas senhor uos escreuo porque aJnda que uo las tenho ditas os outros (...)” (DOM DUARTE, p. 77, grifo nosso)
- (02) “ssegundo dicto tijnam em ssua rreposta” (VEREAÇÕES, 1485-86, f. 04, grifo nosso)
- (03) “[...] nom satisfazia(m) a seu deseio os priuillegios e liberdades que lhe dados tinha, pareçemdo-lhe muy singello gallardom em respeito do que ella era merecedor.” (DOM JOÃO, cap. III, p. 09, grifo nosso)

³ Os dados aqui referidos são oriundos de uma pesquisa de envergadura maior referente à gramaticalização de auxiliares realizada para a elaboração da tese intitulada *Estudo diacrônico do processo de expansão gramatical e lexical dos itens TER, HAVER, SER, ESTAR e IR na Língua Portuguesa*, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação do Prof. Dr. Lorenzo Teixeira Vitral.

(04) “e mais lhe ssera logo leuado em cheo todo o que a pipa ou tonell ou quarto avia de rrender pera a dicta rrenda Titulo dos que abaixo quesserem ho vinho despois de o terem aberto a héu preHo Herto ou o quisser Harrar Todollos dos aquelles que abaixarem ou carrar quesserem pipa de vinho ou tonell ou quarto que aberto teuerem a Herto preHo sserram hobrjgados ho ffazerem saber ao dicto espriam e varejador pera o dicto espriam assentar em sseu livro ho presso (...)” (VEREAÇÕES, 1485-86, f. 04v1, grifos meus)

A análise dos exemplos (01) e (03) acima demonstra que, naquele período, ainda se marcava a concordância também no participípio, o que indica, além do caráter mais nominal que verbal da forma, um estágio mais inicial do processo de gramaticalização, quando o auxiliar *ter* ainda não tinha incorporado plenamente suas funções gramaticais. Harris (1982), ao discorrer sobre a formação do presente perfeito nas línguas românicas, afirma que a criação, no latim vulgar, de uma gama de paradigmas compostos formados com o verbo *haver* + um participípio passado constitui uma das mais bem conhecidas inovações do sistema verbal do Romance. De acordo com o autor, as origens dessa estrutura radicam-se no Latim,

onde o verbo aparenta ainda seu valor pleno como um marcador de posse [...] e onde o participípio passado está em efeito adjetival, com a concordância apropriada com a relevância nominal. Desse ponto de partida, duas importantes mudanças ocorrem: o valor semântico pleno de HABER diminui gradualmente [...] e o grau de união entre as duas partes do sintagma lentamente torna-se maior⁴. (p. 47, tradução nossa)

Assim, à medida que *haver* muda seu estatuto de verbo pleno a auxiliar e o participípio se torna parte integrante da perífrase verbal, formando uma construção, a relação de concordância se desfaz. O referido autor afirma ainda haver uma correlação entre as formas derivadas de *haver* e aquelas oriundas de *ter*. Segundo ele, as estruturas perifrásticas constituídas de *ter* também conservam, em seu estágio inicial, o valor de posse e, conseqüentemente, mantêm a concordância do participípio passado, que funciona como um predicativo adjetivo: “tenho escrita a carta” (*op. cit.*, p. 59, tradução nossa). Na perspectiva gerativista, o participípio empregado no contexto exemplificado cumpre a função de um núcleo nominal selecionado pelo verbo *ter* e não a de um verbo principal, já que as marcas de concordância nominal encontram-se assinaladas nele. A teoria de que o verbo *ter* subcategoriza o núcleo *escrita* é endossada por Stowell (1981 *apud* RAPOSO, 1992) para quem os complementos são projeções máximas e “a subcategorização é na realidade uma relação entre núcleos

⁴ “[...] where the verb appears still to have its full value as a marker of possession (...) and where the past participle is in effect adjectival, with appropriate concord with the relevant nominal. From this starting point, two important changes take place: the full semantic value of HABERE gradually diminishes (...) and the degree of union between the two parts of the syntagm slowly becomes greater.” (HARRIS, 1982, p. 47)

lexicais, de núcleo lexical subcategorizador a núcleo lexical subcategorizado” (RAPOSO, 1992, p. 183). A possibilidade de se empregar o núcleo subcategorizado anteposto ao núcleo subcategorizador, conforme contextos presentes em (02), em (03) e em (04), endossa a importância da carga semântica de tais nomes para a perífrase verbal.

Mattos e Silva (2001 [1994]) também registra a concordância dos auxiliares *ter* e *haver* com seus complementos e atribui ao desaparecimento da concordância o marco da formação da perífrase verbal:

os “tempos compostos” com *haver/ter* só generalizam no português a partir do momento em que o PP deixa de ser flexionado, em concordância com o seu complemento direto, portanto ainda o PP com função adjetiva. Enquanto essa concordância ocorrer há uma construção frasal que põe em evidência um estado de posse, expressa por *haver/ter*, conteúdo semântico próprio tanto a *haver* e a *ter* no período arcaico e herdado do latim. (p. 64)

Enquanto havia ainda a marcação da concordância, em alguns momentos (cf. ex. (01) e (03)), o falante empregava o nome particípio ora anteposto ao verbo *ter*, ora posposto a ele, o que conduz ao raciocínio dedutivo de que, no período arcaico, tais usos eram intercambiáveis. Hopper e Traugott (1993), ao discorrerem sobre o fenômeno de mudança da ordem dos elementos no sintagma como um possível desencadeador de gramaticalização, ilustram sua tese com o verbo *haver*. Segundo os autores, em Latim, o futuro e o perfeito ocorriam tanto na posição pré-verbal quanto na posição pós-verbal, conforme exemplos a seguir, transcritos de sua obra: “a. *cantare habeo ~ habeo cantare (OV ~ VO)*; b. *probatum habeo ~ habeo probatum (OV ~ VO)*.” (p. 53) Posteriormente, contudo, o verbo *haver* que figurava em posição pós-verbal foi reanalisado como um marcador flexional de futuro, passando a ter uma posição fixa. Adotando-se semelhante raciocínio para os contextos envolvendo o verbo *ter*, pode-se admitir que, no período arcaico, a ordem das formas na perífrase verbal era intercambiável, mas que, com o passar dos anos, o falante foi reanalisando o SN subcategorizado pelo verbo não mais como um complemento, mas como uma forma verbal adjunta, até que as duas se tornaram uma perífrase verbal. Cohen (1988) defende que “houve uma reorganização sintática dos constituintes: o Particípio Passado, de um constituinte do SN na fase antiga da língua, passa a ser um constituinte do SV, na fase moderna.” (p. 50) À medida que o processo de gramaticalização de *ter* foi se instaurando e se solidificando, o particípio foi se destituindo da sua função gramatical, que passou a ser incorporada pelo auxiliar, e assumindo apenas a sua função semântica e aspetual. Segundo Câmara Júnior (1998 [1969]), o particípio é “um nome adjetivo, que semanticamente expressa, em vez da qualidade de um ser, um processo que nele se passa.” (p. 103) Essa versatilidade de expressar o processo facultava ao particípio a harmonia com o auxiliar no sentido de, juntamente com este, contribuir para a precisão do aspecto ou da modalidade verbal, que é, segundo Harris (1982), a mola propulsora da formação das perífrases do perfeito. Pode-se, então, dizer que o particípio assume, na perífrase verbal, uma função cumulativa, qual seja, a de

marcar o valor semântico da forma verbal e também a de auxiliar na marcação aspectual. Ao esvaziar-se de suas funções nominais e assumir suas funções verbais, o particípio passou a ocupar, na construção gramaticalizada, a segunda posição. Nesse caso, pode-se afirmar que aumentaram as suas restrições quanto ao contexto de ocorrência e também a sua previsibilidade, já que sua posição tornou-se mais fixa, não lhe sendo facultada, na contemporaneidade, a ocorrência anteposta ao auxiliar, como o fora no período arcaico. Caso figure nesse contexto, a distinção semântica é facilmente perceptível:

(05) Tenho escritas as cartas.

(06) Tenho as cartas escritas.

(07) Tenho escrito as cartas.

Em (05) e em (06), o verbo *ter* ainda conserva o seu estatuto de verbo pleno, preservando também a acepção semântica de posse, fato não verificado em (07), em que tal verbo já se gramaticalizou em auxiliar, formando, com a forma nominal do particípio, uma unidade linguística. Segundo informações extraídas de Cohen (1988), a ordem “Sujeito/ter/PP/OD”, na qual “OD e PP estejam ambos no masculino singular” (p. 49), constitui um ambiente não só propício, como também determinante, para promover a reanálise de *ter* de verbo nocional a auxiliar.

No que tange à seleção do infinitivo, o critério mostra-se semelhante àquele empregado para o particípio, embora os dados analisados acusem uma maior frequência das perífrases com o particípio. Tal fato permite aventar a hipótese de que a frequência com o particípio se sobrepõe em virtude do fato de ele expressar tempo e aspecto, categorias mais recorrentes na língua que a modalidade, expressa, nas perífrases verbais, pelo infinitivo. Resta, pois, tentar explicar por que o verbo *ter* seleciona apenas o particípio e o infinitivo para com ele co-ocorrerem nas perífrases verbais, não admitindo também a perífrase com o gerúndio. O infinitivo, sendo a forma mais indefinida do verbo, pode desempenhar, não raras vezes, o papel de um substantivo. Logo, presta-se à função do núcleo nominal subcategorizado pelo verbo *ter*, tal como se deu com o particípio. O gerúndio, por seu turno, não se presta a essa função, já que, embora possa desempenhar a função de um adjetivo, seu valor é prioritariamente adverbial. Como é sabido, sua função adjetiva é etimologicamente oriunda do particípio presente, que desapareceu do quadro verbal português para integrar o quadro nominal, e seu uso tem sido, ainda hoje, apontado como um galicismo por alguns gramáticos (cf. Bechara, 1999), fato que justifica a supremacia do valor adverbial da forma. Esse valor de advérbio que lhe parece mais inerente é o que lhe facultará a seleção por verbos intransitivos ou por verbos cuja transitividade associa-se ao deslocamento, como é o caso, por exemplo, do verbo *ir*, analisado na subseção 1.5.

As perífrases de *ter* + infinitivo apresentam uma especificidade formal em

relação àquelas constituídas com o particípio. Em se tratando de perífrases em que a forma nominal selecionada é o infinitivo, a presença da preposição (*de* ou *que*) se faz imperiosa, o que suscita a atuação de outro critério que não apenas o da transitividade. O referido critério relaciona-se ao fato de que a contribuição do verbo principal para a perífrase não se restringe apenas à carga semântica, embora essa seja muito importante, dado ter o verbo auxiliar se esvaziado de seu valor lexical para assumir valores gramaticais. Comrie (1976) assim distribui as funções verbais em uma perífrase: “o primeiro verbo dá o segundo plano para algum evento, enquanto que o evento mesmo é introduzido pelo segundo verbo. O segundo verbo dá a totalidade da situação referida (...) sem referência a seu círculo temporal interno⁵.” (p. 3, tradução nossa) Pode-se, então, sintetizar as funções das categorias integrantes de uma perífrase verbal da seguinte forma: ao auxiliar é delegada a função de demarcar o tempo, o número, a pessoa, o modo, a voz e o aspecto verbais; ao verbo principal compete a expressão da carga semântica da forma verbal, conforme postulam nossos gramáticos⁶. Entretanto, diante das evidências empíricas fornecidas pelos dados coletados e também das reflexões já suscitadas por alguns linguistas, neste estudo, defende-se que ao verbo principal não compete apenas a expressão da carga semântica da perífrase, mas também a função de auxiliar na precisão da categoria aspectual ou mesmo da modalidade. Assim, acredita-se que, nas perífrases verbais, a categoria de aspecto é determinada pela integração harmoniosa do auxiliar e do verbo principal, conforme já defendido por Benveniste (1995 [1966]). Dessa feita, entende-se que não apenas a transitividade seja determinante para a seleção da forma nominal, mas também a expressão do aspecto a que esta se presta. Embora se reconheça a importância da auxiliarização para expressar tempo e também passividade, advoga-se em favor de sua importante função para demarcar o aspecto verbal. Essa intuição é também partilhada por Harris (1982), para quem “o valor primário original dos paradigmas do perfeito surge para ser aspectual, especificamente [...] para referir a eventos que foram, são ou serão completados no momento temporal em questão⁷.” (HARRIS, 1982, p. 47, tradução nossa).

A categoria aspectual é tão importante nas línguas que, segundo Câmara Júnior (1998 [1969]), a oposição entre as formas nominais do verbo não é, como muitos gramáticos defendem, de natureza temporal, mas aspectual. O infinitivo é a

forma que de maneira mais ampla e mais vaga resume a sua significação, sem aplicação das noções gramaticais de tempo, aspecto ou modo. Entre o

⁵ “the first verb presents the background to some event, while that the event itself is introduced by the second verb. The second verb presents the totality of the situation referred to (...) without reference to its internal temporal constituency.” (COMRIE, 1976, p. 3)

⁶ Muitos deles não mencionem a categoria aspectual do verbo, procedimento que os exime de dispensar um tratamento mais exaustivo ao tema.

⁷ “(...) the original primary value of the paradigms of the perfectum appears to have been aspectual, specifically (...) to refer to events that were, are or will be complete at the moment of time in question.” (HARRIS, 1982, p. 47)

gerúndio e o particípio há essencialmente uma oposição de aspecto: o gerúndio é 'imperfeito' (processo inconcluso), ao passo que o particípio é de aspecto concluso ou perfeito. (pp. 102-103)

O referido autor estabelece ainda a diferença entre o particípio e o gerúndio, tomando por parâmetro a morfologia verbal. Segundo ele, o particípio afasta-se, sob a óptica mórfica, da natureza verbal, constituindo,

no fundo, um adjetivo com as marcas nominais de feminino e de número plural em /S/ (...) O gerúndio, ao contrário, é morfologicamente uma forma verbal. Mesmo como determinante de um substantivo (para indicar um processo que nele se passa) não concorda com ele nem em número nem em gênero. (*ibidem*, p. 103)

As considerações de Câmara Jr. mostram-se relevantes na tentativa de se tentar explicar a presença da preposição nas perífrases verbais de *ter* + infinitivo. Uma vez que, como já argumentado, cabe à forma nominal o papel de também auxiliar na expressão da categoria de aspecto e que o infinitivo é destituído de tal função, defende-se, neste estudo, que a preposição se junta à perífrase para cumprir tal atributo. Kayne (1981) argumenta em favor do estatuto de complementizador assumido pelas preposições “de” – no Francês – e “di” – no Italiano. Segundo o autor, essas preposições equivalem a complementizadores para o infinitivo, marcando a presença ou a ausência de tempo nas subordinadas. Adotando-se o mesmo raciocínio para o Português, a preposição seria introduzida nas perífrases de infinitivo para precisar o tempo, o aspecto ou ainda a modalidade, uma vez que essa forma nominal é destituída de tais funções gramaticais. A análise dos enunciados (08) e (09), a seguir, contribuirá para a melhor compreensão das ideias aqui propostas:

- (08) a. Maria *tem de fazer* o bolo de chocolate antes do almoço.
b. Maria *tem que fazer* o bolo de chocolate antes do almoço.

(09) Maria *sabe fazer* bolo de chocolate muito bem.

Em (08), a presença da preposição entre o verbo auxiliar e a forma nominal de infinitivo introduz na construção a modalidade deôntica, assinalando, dessa forma, uma necessidade iminente, semelhante, do ponto de vista pragmático, a uma obrigatoriedade, fato não verificado em (09), contexto em que a preposição está ausente. Além da diferença modal, a ausência da preposição em (09) permite ainda a abstração de outra regra: a inexistência da preposição, nesse contexto sintático, não legitima a construção. Em (09), têm-se duas formas verbais justapostas, o que evidencia a existência de duas orações. Já em (08), as duas formas verbais estabeleceram uma relação de coesão, fundindo-se em uma única unidade morfológica – a perífrase verbal –, o que caracteriza, portanto, uma única oração. Diante de tais evidências, pode-se afirmar que a

preposição é o elemento aglutinador e legitimador das perífrases constituídas de *ter* + infinitivo. A partir da observação de (08), pode-se ainda cogitar a respeito de um processo de reanálise sintática em que o falante amalgama o verbo *ter* e a preposição (*de* ou *que*) em um único constituinte, formando uma nova forma verbal. Parece-nos que nenhum falante do português titubearia em admitir que *ter* e que *ter que (de)* constituem entradas lexicais diferentes na língua. A identificação do caráter de obrigatoriedade ou de urgência que a preposição agregada ao verbo *ter* impinge à ação expressa pela forma infinitiva já é inerente à competência lingüística do falante. Tal conhecimento parece já ter sido adquirido juntamente com o significado das formas verbais. Assim, acredita-se que o falante adquire as duas formas verbais e suas respectivas restrições sintáticas e semânticas como se elas constituíssem entradas lexicais distintas: *ter* (= possuir) e *ter de (que)* (= necessitar, ser obrigado a). Travaglia (1985 [1981]) também reconhece a importância das preposições na constituição de perífrases verbais, alegando que são elas as responsáveis por evocar a expressão de algumas noções aspectuais ou mesmo por permitir a sua atualização. Outro fato comprobatório da tese de que as perífrases de *ter* + infinitivo só se atualizam mediante a presença da preposição são os dados encontrados por Mattos e Silva (2001 [1994]). Ela registra a presença da preposição entre o infinitivo e o auxiliar *ter* desde o período arcaico para indicar a obrigatoriedade de uma ação, considerando-o um dos verbos mais gramaticalizados da língua por já ter perdido plenamente, nesse contexto sintático, seu sentido de verbo pleno.

Said Ali (2001 [1921]) também parece partilhar da intuição aqui discutida, pois, segundo ele, nas perífrases em que se emprega o verbo principal no infinitivo, a preposição integra a auxiliarização, isto é, o elemento auxiliar é não apenas o verbo flexionado, mas também a construção formada pelo verbo flexionado mais a preposição. É exatamente a combinação do auxiliar com a preposição que atribui a ideia de obrigatoriedade, presente na construção destacada no exemplo transcrito abaixo:

(10)“(...) nem dando tanto hu dia que per todo o ano non tenha que dar (...)”
(DOM DUARTE, p. 75)

O fato de o infinitivo requerer a presença de uma categoria preposicional para auxiliar na expressão do aspecto ou da modalidade da perífrase verbal vem reforçar a tese aqui proposta de que tal função não compete apenas ao auxiliar; como mencionam a maioria de nossos gramáticos, mas também à forma nominal que co-ocorre com ele, conforme defendido por Benveniste (1995 [1966]). Outro argumento com o qual se pode advogar em favor dessa tese é o fato de não se ter identificado, nos *corpora* analisados, perífrases constituídas de pretérito perfeito + particípio. Tal combinação torna-se agramatical, considerando-se que tanto o particípio quanto o pretérito perfeito prestam-se à expressão de um fato concluído. Esse dado conduz à delimitação de um segundo critério determinante na se-

leção do auxiliar: (in)compatibilidades semânticas aspectuais entre os elementos de uma construção também viabilizam ou excluem determinadas combinações.

Análise das perífrases de HAVER

A análise a ser empreendida para o auxiliar *haver* assemelha-se à que-la proposta para o *ter*, já que ambos são formas com a acepção de “possuir”, apresentando, portanto, a mesma transitividade. Assim sendo, era previsível que, tal como *ter*, o auxiliar *haver* também selecionasse as formas nominais de particípio e de infinitivo para co-ocorrerem com ele nas perífrases verbais, não admitindo a co-ocorrência com o gerúndio. Tal como verificado com o *ter*, foram encontrados, no período arcaico, registros de perífrases com o auxiliar *haver* nas quais o particípio sofreu flexão de gênero e número:

(11) “Estas e outras muytas cousas que nom fazem myngua de se aquy scpreuer outorgou el-Rey com boom desejo e vomtade aa cidade de Lixboa, promentendo e jurando de os manter em dereito e justiça e lhe guardar todallas graças e priuillegios que lhe dados auia e seus boons foros e costumes que ouuerom em tempo dos outros reis (...)” (DOM JOÃO, cap. II, p. 07, grifo nosso)

(12) “A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, comsirando os grandes e estremados seruiços que a muy nobre e leal cidade de Lixboa a feitos a estes regnos, dos quaaes nos Deus deu emcarego de regimento (...)” (DOM JOÃO, cap. II, p. 07, grifo nosso)

Em (11), a forma nominal de particípio antecede o verbo *haver* como também ocorrera com o verbo *ter*, exibindo as marcas de concordância nominal, o que atesta seu caráter adjetivo. Também em (12), mesmo já ocupando a segunda posição na perífrase, o particípio ainda recebeu morfemas nominais. Isso, como já foi comentado, indica um estágio mais inicial de gramaticalização, no qual o verbo principal ainda não tinha abdicado plenamente de suas funções referenciais em favor das funções gramaticais.

No tocante às construções constituídas com o infinitivo, a preposição também se faz necessária (*hei de fazer*). A novidade em relação ao verbo *ter* diz respeito à distribuição complementar que tais perífrases estabelecem entre os auxiliares *ter* e *haver*, sendo ela responsável por manter esta forma na língua, mas isso não será aqui discutido em virtude da delimitação deste estudo.

Análise das perífrases de SER

A análise das perífrases de *ser* nos três períodos confirmou a hipótese da supremacia do particípio em relação às outras formas nominais na composição da forma perifrástica. Os dados coletados comprovaram que as perífrases de *ser* são, de fato, constituídas exclusivamente com o particípio, já que não se

registrou, em nenhum dos três períodos analisados, ocorrência de perífrases constituídas de *ser* + gerúndio ou infinitivo. Isso se deve, como já discutido, à natureza adjetiva dessa forma nominal que expressa, nas palavras de Câmara Júnior (1998 [1969]), “em vez da qualidade de um ser, um processo que nele se passa” (p. 103). Cabe, contudo, esclarecer que, embora em número bastante escasso, registraram-se, nos *corpora* selecionados para o estudo, algumas ocorrências em que o auxiliar *ser* figurava justaposto ao infinitivo, como em (13), e ao gerúndio, conforme (14):

(13) “Ajnda que as çerimonjas non sejam de engeytar nas cousas que o requerem, e sobre esto deueis uos senhor ser lembrado que asy como soçedes a erança, sois obrigado a suas diujdas (...)” (DOM DUARTE, p. 76, grifos meus)

(14) “E quando Primo Argemiro estende a mão, é pedindo o cornimboque.” (ROSA, *Sarampalha*, grifos meus)

Uma análise mais precipitada das ocorrências aqui registradas pode induzir à crença de que tanto em (13) quanto em (14) está-se diante de formas perifrásticas constituídas de *ser* + infinitivo ou gerúndio, respectivamente, o que inviabilizaria a tese proposta de que a transitividade verbal constitui o primeiro critério de seleção da forma nominal pelo auxiliar. Travaglia (1985 [1981]) defendeu a ocorrência de uma perífrase constituída de SER + DE + INFINITIVO, alegando que ela “marca o aspecto habitual para a situação narrada indicada pelo infinitivo e o aspecto indeterminado, para a situação referencial indicada pelo todo da perífrase, com todas as flexões verbais” (p. 276). Segundo o autor, “o verbo ‘ser’ mantém seu status de verbo de estado” (*op. cit.*, p. 276) e “as frases construídas com esta perífrase têm sempre a função de caracterizar seres e coisas (...), onde ‘de + infinitivo’ tem valor adjetivo, indicando a característica do sujeito criada pelo hábito de realizar a situação expressa pelo infinitivo.” (*op. cit.*, p. 276) Entretanto, o presente estudo, contrariando a tese mencionada, defende que, em ambos os casos, não ocorrem construções, mas formas simples do verbo. Acredita-se que, em (13), a expressão “non sejam de engeytar” não constitui uma construção perifrástica. Defende-se a tese de que se está diante de uma forma simples do verbo *ser* acompanhada de uma oração reduzida de infinitivo, que desempenha a função predicativa exigida pelo verbo relacional. Se se admite que a expressão “de engeytar” constitui uma oração predicativa reduzida, aceita-se também que esta possui valor de um adjetivo, podendo ser substituída, em termos semânticos, por “desprezível” ou “recusável”: “não sejam desprezíveis (ou recusáveis)”. Tal análise parece plausível se comparada àquela atribuída aos enunciados (15) e (16) apresentados a seguir:

(15) Meu sonho é ser feliz.

(16) Seu maior desejo era ver o filho formado.

Nos enunciados acima arrolados, não pairam dúvidas de que as expressões “é ser”, em (15) e “é ver”, em (16), estão apenas justapostas, não consti-

tuindo, portanto, uma perífrase verbal. Trata-se, pois, segundo a nomenclatura da gramática tradicional, de orações substantivas predicativas reduzidas de infinitivo. Pode-se objetar que o contexto sintático descrito em (13) não é semelhante aos de (15) e de (16), porque aquele exibe uma preposição, enquanto estes não o fazem. Contudo, há de se observar que, em alguns contextos lingüísticos, a presença da preposição nas orações predicativas reduzidas é facultativa, conforme ilustram os enunciados (17) e (18):

- (17) a. Meu único medo é de perder tudo que consegui.
b. Meu único medo é perder tudo que consegui.

- (18) a. A vontade de João era de largar tudo, de desistir dos seus sonhos.
b. A vontade de João era largar tudo, desistir dos seus sonhos.

Tanto em (17) quanto em (18), a presença da preposição ou a sua ausência não produziram sentenças agramaticais, tampouco contribuíram para a constituição de formas perifrásticas. Em ambos os contextos, têm-se períodos compostos e orações reduzidas desempenhando a função adjetiva exigida pela predicação verbal. Travaglia (1985 [1981]) também reconhece o caráter adjetivo da expressão constituída pela preposição mais a forma nominal de infinitivo, embora aposte na existência da perífrase verbal. Em estudos posteriores (cf. Travaglia (2003)), o autor parece partilhar da tese aqui defendida de que, em tal contexto, o verbo *ser* não forma uma perífrase, mas não o considera ainda um uso já gramaticalizado da forma lexical, categorizando-o entre os valores lexicais do item. Para o autor em voga, nesse contexto (“Antônio não é de mentir”; “Joaquim é de briga”), o verbo expressa semanticamente a posse de uma inclinação ou de uma capacidade. O autor ainda questiona sobre a possibilidade de se interpretá-lo como uma variante do verbo de ligação. No presente estudo, defende-se que se trata de uma variante da cópula, sendo, portanto, um uso já gramaticalizado da forma. A teoria de que esse uso constitui uma variação da cópula parece bastante defensável, já que, espelhando-se nas ideias postuladas por Nascimento e Dillinger (2003), é plausível defender a ocorrência, no português do Brasil, de expressões predicativas introduzidas por preposições – *prepositional small clauses*, na teoria dos autores. Os lingüistas ora mencionados estudam a legitimidade de sentenças como “(a) João não é de brincadeira; (b) Isso é de madeira; (c) João está de licença”, que se aproximam, em termos estruturais, do enunciado apresentado em (13).

Em (14), a expressão “é pedindo” também não forma uma unidade lingüística, mas mantém as duas formas verbais geradoras, respectivamente, de duas orações, conforme se percebe no desdobramento proposto em (19):

- (19) E quando Primo Argemiro estende a mão, é para pedir o cornimboque.

O enunciado acima elucida o argumento de que a forma nominal de gerúndio introduz uma oração reduzida final, não formando, com o verbo *ser*, uma construção. O enunciado (14) poderia ainda ser parafraseado como em (20) ou em (21):

(20) Primo Argemiro estende a mão, pedindo o cornimboque.

(21) Primo Argemiro só estende a mão para pedir o cornimboque.

No enunciado (20), identifica-se o valor expletivo de *ser* em (19), uma vez que a forma reduzida de gerúndio encarrega-se de traduzir a finalidade de o sujeito do enunciado ter estendido a mão. A paráfrase expressa em (21) preserva a ideia de finalidade presente em (14), em (19) e em (21), demonstrando, mais uma vez, não se tratar de uma construção formada de *ser* + gerúndio.

Análise das perífrases de ESTAR

As perífrases constituídas com o auxiliar *estar* apresentam um aspecto peculiar em relação às de *ser*: a co-ocorrência com o gerúndio. Isso suscita imediatamente algumas questões: (a) por que um verbo relacional selecionaria uma forma nominal de gerúndio para com ele co-ocorrer? (b) em virtude de sua transitividade, não deveria, assim como *ser*, selecionar apenas a forma nominal de particípio? As respostas a tais inquisições não são obtidas de uma forma tão simplista e se ancoram não apenas nas funções das formas nominais, mas também nas propriedades aspectuais do próprio auxiliar. No tocante às questões funcionais das formas nominais, Bechara (1999) pontua que “o particípio pode valer por um adjetivo (*homem sabido*) e o gerúndio por um advérbio ou adjetivo (*amanhecendo, sairemos* = logo pela manhã sairemos; *água fervendo* = *água fervente*)” (BECHARA, 1999, p. 224). Logo, a função adjetiva do gerúndio licencia a sua co-ocorrência com o verbo relacional, atendendo às exigências de sua predicação. Resta, pois, tentar entender por que o verbo relacional *estar* pode combinar-se com o gerúndio e o *ser* não admite tal combinação sob pena de se produzirem construções agramaticais. Costa (1997) atribui a incompatibilidade entre o auxiliar *ser* e a forma nominal de gerúndio a propriedades aspectuais distintas entre as duas formas constituintes da perífrase verbal: enquanto o verbo *ser* é de natureza perfectiva, o gerúndio é uma forma verbal essencialmente imperfectiva, o que inviabiliza a possibilidade da construção, já que um aspecto exclui necessariamente o outro. Por outro lado,

o verbo *estar* coloca automaticamente o fato verbal referido num fragmento de tempo, ou seja, recorta a temporalidade, atribuindo ao fato verbal um período de vigência, ao tempo em que refere a estrutura temporal interna desse fato como *em curso*. (COSTA, 1997, p. 54)

É, portanto, essa referência aspectual imperfectiva que faculta ao verbo *estar* – e a todos os demais verbos relacionais, com exceção de *ser* – a co-ocorrência também com o gerúndio, conforme ilustram os exemplos arrolados a seguir:

(22) A mãe *ficou velando* o sono do filho doente a noite toda.

(23) *Andam falando* que vão consertar as estradas, mas, por enquanto, não há fatos concretos.

(24) Os brasileiros *continuam arcando* com altas taxas tributárias.

(25) O parlamentar *permaneceu falando* por muito tempo, embora ninguém se ativesse ao seu discurso.

Centrando-se a atenção em questões que aproximam os auxiliares relacionais *ser* e *estar*, registra-se o fato de as perífrases constituídas de *estar* + particípio também formarem construções passivas, diferenciando-se daquelas resultantes de *ser* + particípio, segundo Cunha e Cintra (1985), apenas por questões aspectuais: “a oposição *ser/estar* corresponde a dois tipos de passividade. *Ser* forma a passiva de ação; *estar*, a passiva de estado” (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 371), conforme exemplos apresentados em (26) e em (27):

(26) Todos os testes *foram corrigidos* em tempo hábil.

(27) Alguns alunos *estavam aborrecidos* pelo fracasso no teste.

Costa (1997) também ressalta as diferenças aspectuais dos dois auxiliares, ao afirmar que “o *ser* e o *estar* seriam como que um mesmo verbo, assim como são em outras línguas indo-européias. Para determinados efeitos, sobretudo para expressar diferenças aspectuais ocorrentes com os estados, se desdobram.” (p. 79) Mattos e Silva (2001 [1994]) atribui as diferenças aspectuais existentes entre os auxiliares *ser* e *estar* a questões diacrônicas que envolvem as duas formas verbais. Segundo a autora,

na sua história pregressa, *estar* tem como étimo *stare* ‘estar de pé’. Nessa acepção está documentado no português até fins do século XIV, enquanto *ser* tem uma história complexa de convergência dos verbos latinos *sedēre*, ‘estar sentado’ – nessa acepção ainda em uso, pelo menos, até fins do século XIV – e, *esse* ‘*ser*’. Esse fato permite inferir que o traço [+ transitório] é o próprio, desde a sua origem, a *estar*, enquanto em *ser* confluem o [+ transitório] de *sedēre* e o [+ permanente] de *esse*. Não é sem razão histórica, portanto, que, definida a oposição *ser/estar* no português, foi *estar* o verbo escolhido para expressar a transitoriedade. (MATTOS E SILVA, 2001, p. 77)

A explicação da autora sobre a diacronia de *estar* faz emergir uma hipótese que merece ser cogitada. Considerando-se o fato de que, em sua etimologia, o verbo *estar* apresenta mais de um étimo, dada a sua confluência com os étimos de *sedēre*, é possível intuir que as construções formadas de gerúndio e aquelas constituídas de particípio sejam oriundas de étimos distintos. Pountain (1982) afirma que o fato de o verbo *estar* ter se despojado de seus valores lexicais plenos para incorporar um *status* de cópula não é o único aspecto re-

levante na história desse verbo no Castelhana e no Português. “No Latim Clássico, o leque semântico de *STARE* é razoavelmente circunscrito; três sentidos plenos podem ser estabelecidos: (...) “*estar*₁” (com sujeitos animados, oposto a “*sentar-se*”), “*estar*₂” (com sujeitos inanimados, no sentido geral de “*estar situado*”) e “*estar, ficar*⁸” (POUNTAIN, 1982, p. 144, tradução nossa) Os sentidos 1 e 2 são relativos à natureza nocional do verbo, enquanto o sentido 3 associa-se à sua natureza relacional. Ainda segundo Pountain (1982), nos textos mais antigos do Castelhana e do Português, nota-se uma preferência por associar-se o verbo *estar* a complementos locativos adverbiais, ideia também defendida por Beline (1999). Assim, é plausível cogitar a respeito do fato de o *estar* que se combina com o gerúndio não ser o mesmo *estar* que se combina com o particípio. Pode-se, pois, suscitar a ideia de que o *estar* que constitui as perífrases de particípio é o sentido 3 descrito por Pountain (*op. cit.*). Essa ideia parece bastante plausível, uma vez que, como defendido por Vincent (1982), nesse sentido, ele seleciona um argumento neutro, o que favorece a expressão da passiva. Já os sentidos 1 e 2, que selecionam argumentos agentes e locativos, formaram as perífrases de gerúndio, que não se prestam à expressão da voz.

A análise das construções cujo verbo auxiliar é relacional permite ainda a identificação de outro traço comum entre elas. Trata-se de uma coincidência de ordem estrutural não verificada nas perífrases constituídas de auxiliares nocionais: em todas as perífrases, registra-se a concordância tanto do verbo que ocupa a posição e a função do auxiliar quanto daquele que assume as funções da forma principal nas perífrases constituídas com o particípio. Já, quando a perífrase é constituída com o gerúndio, em virtude de suas propriedades morfológicas, apenas o auxiliar sofre a flexão. Em se tratando de construções formadas com verbos nocionais, independentemente da forma nominal com a qual o auxiliar co-ocorre, apenas este sofre as flexões de modo, tempo, número e pessoa.

Resta ainda pontuar um último aspecto referente às formas nominais passíveis de co-ocorrência com o auxiliar *estar*. A despeito de Cunha e Cintra (1985), ao abordarem os empregos dos auxiliares, afirmarem que “*estar* emprega-se com o gerúndio ou com infinitivo do verbo principal antecedido da preposição *a*, para indicar uma ação durativa, continuada” (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 384), tal característica aplica-se ao português europeu, mas não ao brasileiro. Segundo esses autores, a construção com o gerúndio é anterior à construída com o infinitivo, sendo também recorrente em algumas regiões de Portugal, nos Açores e em alguns países africanos. Já a construção com o infinitivo, presente apenas em alguns textos modernos de autores brasileiros e identificada nesta pesquisa somente no período arcaico, é preferida na variedade padrão do português europeu falado na região setentrional da pátria de Camões.

⁸ “In Classical Latin, the semantic range of *STARE* is fairly circumscribed; three full meaning can be established, (...) ‘stand1’ (with animate subject, opposed to ‘sit’), ‘stand2’ (with inanimate subject, in the general sense of ‘be situated’) and ‘stay’. (POUNTAIN, 1982, p. 144)

Análise das perífrases de IR

Considerando-se os critérios propostos por este estudo para a seleção da forma nominal pelo auxiliar, espera-se, num primeiro momento, a co-ocorrência do verbo *ir*, de natureza intransitiva, com a forma nominal de gerúndio, que é de natureza adverbial. Os dados obtidos comprovam essa tese, já que as perífrases constituídas de *ir* + gerúndio foram mais recorrentes que aquelas em que esse auxiliar co-ocorreu com o infinitivo (para mais detalhes, cf. COELHO, 2006). Atendo-se aos dois tipos de perífrases registrados – aquelas constituídas com o gerúndio e aquelas constituídas com o infinitivo – nota-se, entre eles, uma particularidade de cunho mórfico na natureza da forma auxiliar. Enquanto nas construções formadas com o gerúndio o verbo *ir* preserva, ainda que parcialmente, seu valor etimológico de forma plena, em se tratando daquelas constituídas com o infinitivo, como observa Costa (1997), ele tem “valor apenas gramatical de marca de Tempo, não guardando o seu valor semântico-lexical” (p. 76). Assim, infere-se que o processo de gramaticalização do auxiliar *ir* com a forma nominal de infinitivo encontra-se em estágio mais avançado que com a forma nominal de gerúndio, já que com esta não se processou ainda a perda do conteúdo nocional da forma auxiliar.

Confirmada a hipótese da ocorrência de perífrases constituídas com a forma nominal de gerúndio, resta discutir a possibilidade de ocorrência de perífrases constituídas também com o infinitivo e a agramaticalidade de construções de *ir* + particípio. As construções com o infinitivo são previsíveis, porque, em virtude de seu valor substantivo, tal forma nominal pode, combinada com uma preposição, desempenhar, no período simples, a função adverbial, como se verifica no enunciado (28), em que a expressão *sem chorar* expressa uma circunstância modal, funcionando, nos moldes da gramática normativa, como um adjunto adverbial de modo:

(28) A criança saiu *sem chorar*.

Entretanto, em se tratando da forma perifrástica, o infinitivo não se presta à expressão de uma circunstância adverbial, como o gerúndio o faz. Então, além da versatilidade da forma nominal de infinitivo que lhe permite assumir funções não apenas de substantivo, mas também de advérbio, há de se considerarem ainda questões de ordem aspectual responsáveis por determinar a (in)compatibilidade entre o auxiliar e a forma nominal no licenciamento de construções produtivas. As perífrases de *ir* + infinitivo são perfeitamente gramaticais na língua e constituem um recurso muito produtivo para a expressão da futuridade. (cf. NEVES, 2000) Combinado com as formas nominais de infinitivo, o verbo *ir* destitui-se de seus semas de forma plena e passa a expressar “o curso de fatos *a partir de* um ponto locativo/temporal qualquer” (COSTA, 1997, p. 75). Segundo Ilari (2001), as perífrases constituídas com o auxiliar *ir* + infinitivo assemelham-se a uma forma verbal simples acrescida de mor-

femas, já que, como nestas, o momento da referência localiza-se em relação ao momento da fala. É provável que seja essa semelhança funcional com a forma simples de futuro que tem contribuído para que, na contemporaneidade, registre-se uma preferência por se expressar o tempo futuro por meio de expressões perifrásticas. Esse processo de reanálise lingüística por que vem passando o verbo *ir* – que passa a ser interpretado pelo falante não mais como um verbo de movimento, mas como um marcador de futuro – endossa a teoria de Hopper e Traugott (1993) segundo a qual, diacronicamente, há uma tendência de as formas perifrásticas virem a substituir as formas simples.

São também as restrições aspectuais que inviabilizam a gramaticalidade de construções formadas de *ir* + particípio. Costa (1997) explica que,

sendo o Particípio a expressão de um estado, só permite a imperfectização relativa à expressão do curso desse estado. O verbo *ir*, como auxiliar imperfectivo, expressa geralmente a fase intermediária de um processo que, para ter suas fases referidas de per si, deve sofrer uma parcialização. Os estados parecem rejeitar a fragmentação de seu curso. (COSTA, 1997, p. 76-77)

Por esse motivo, então, não ocorrem perífrases constituídas de *ir* + particípio, uma vez que a incompatibilidade de ordem aspectual não permite construções gramaticais. Cumpre advertir, contudo, que, em alguns contextos bastante específicos, em que o verbo *ir* comporta-se como um verbo relacional, é possível que ele se agregue ao particípio para com ele constituir uma perífrase, conforme se verifica em (29):

(29) Ele ia dividido entre ficar ou abdicar de seus ideais.

No contexto ora apresentado, o verbo *ir*, auxiliar da perífrase de particípio, não é um verbo nocional, como aqueles descritos por Costa (1997), mas um verbo relacional que, como já discutido, seleciona prioritariamente um particípio para com ele co-ocorrer.

Considerações finais

A análise diacrônica da distribuição dos contextos de ocorrência dos cinco auxiliares prototípicos da Língua Portuguesa teve como objetivo principal obter respostas para uma pergunta relativamente complexa e ainda não respondida numa perspectiva sincrônica, embora as indagações acerca do processo de auxiliarização na língua tenham constituído, ao longo dos anos, objeto de inúmeras pesquisas lingüísticas. Como mencionado nas considerações iniciais, buscou-se, a partir da observação das construções de auxiliar + forma nominal identificadas nos *corpora*, responder às seguintes indagações: (a) por que os auxiliares selecionam formas verbo-nominais específicas para com eles co-ocorrerem?; (b) quais seriam as questões subjacentes a esse processo de seleção? A análise empreendida permitiu a precisão de critérios básicos responsáveis por balizar as questões

subjacentes ao processo de seleção da forma nominal pelo verbo auxiliar, além de suscitar outras questões dignas de menção. A primeira conclusão a que se chegou – aparentemente óbvia, mas ainda pouco discutida – é a de que a seleção das formas é determinada por uma relação de regência que se estabelece entre os termos integrantes da construção. Mattoso Câmara (1959), ao tentar definir as locuções verbais, propõe-se a fazê-lo numa perspectiva sintática e afirma que estas se diferenciam das seqüências verbais por um princípio de subordinação. Assim, entre os membros de uma construção existe uma relação de subordinação, enquanto entre os membros de uma mera seqüência verbal justaposta a relação que se instaura é de coordenação. Percebe-se, portanto, nas intuições do lingüista, a relação de regência aqui identificada, embora não tenha sido esse o termo por ele empregado. Outra generalização também obtida a partir da observação dos dados é a de que o termo regente da construção é o auxiliar, já que é ele que seleciona a forma nominal que vai co-ocorrer com ele. Assim, pode-se afirmar que enquanto o auxiliar é o regente, a forma nominal (ou principal, se se preferir adotar uma nomenclatura tradicional) é o termo regido. Essas considerações demonstram que a nomenclatura de *auxiliar* e de *principal* dispensada aos termos de uma perífrase verbal não obedece ao critério sintático da subordinação que a constitui, mas a um critério semântico, já que o atributo de *principal* é conferido à forma que empresta o sema à perífrase.

As demais conclusões alcançadas relacionam-se mais estritamente às questões (a) e (b) apresentadas acima. Os dados analisados oferecem evidências para se afirmar que a especificidade da forma nominal selecionada para co-ocorrer com o verbo auxiliar obedece, basicamente, a dois critérios, quais sejam: (i) o da transitividade (ou valência) e (ii) o da (in)compatibilidade de expressão aspectual entre o verbo auxiliar e a forma nominal. Assim, num primeiro momento, o verbo auxiliar seleciona uma das formas nominais que atenda às exigências de sua transitividade. Não é previsível, por exemplo, a ocorrência de construções formadas de *ser* + gerúndio, porque o verbo auxiliar, de natureza relacional, seleciona uma forma nominal de natureza adjetiva e não adverbial, como é o caso do gerúndio. Nesse sentido, a previsibilidade é para a seleção de um particípio, que se presta à função adjetiva exigida pelo critério de obediência à transitividade. Esse critério, ainda que não explicitado, já pode ser identificado nas intuições de Cláudio Brandão (1963), conforme denota este fragmento, em que o gramático discorre acerca das locuções verbais: “Nelas [perífrases verbais] um dos verbos enfraquece ou esvazia o seu sentido, assumindo a função de auxiliar, e o outro, que, a princípio, **era um complemento**, perde, pouco a pouco, tal carácter e em si concentra a ideia principal da perífrase.” (BRANDÃO, 1963, p. 530, grifos nossos) O fato de o autor pontuar que, num primeiro momento, o verbo principal de uma perífrase era complemento do verbo auxiliar endossa não apenas a relação de subordinação existente entre eles, como também a assertiva de que a seleção da forma nominal é feita pela forma auxiliar, para atender às exigências de sua transitividade. Nesse sentido, pode-se considerar que o verbo principal de uma perífrase verbal é subcategorizado pelo verbo auxiliar.

Satisfeita a exigência da transitividade, a seleção é ainda determinada por expressões aspectuais a que as duas formas se prestam. Partindo-se do princípio aqui defendido de que a expressão do aspecto é o produto da coesão entre as formas verbais constituintes da perífrase, não se admite a existência de unidades linguísticas constituídas de verbos cujas marcas aspectuais não sejam compatíveis. Assim, não ocorrem, na língua, construções formadas de *ir* + particípio, por exemplo, porque enquanto o verbo auxiliar se presta à expressão de uma ação ainda por realizar, o particípio é de natureza perfectiva, ou seja, expressa uma ação já concluída. Essa combinação, portanto, é abortada na língua em virtude da incompatibilidade de harmonia entre as duas formas. Como já salientado, essa construção apenas é possível se o verbo *ir* estiver empregado em uma acepção semântica que não aquela destinada à expressão do movimento. Caso este verbo comporte-se como um verbo relacional, a perífrase com o particípio é licenciada em virtude da compatibilidade entre as duas formas. Ainda assim, tais construções são pouco produtivas na língua.

Por fim, outra generalização que pode ser abstraída da análise aqui empreendida e, de certa forma, já sinalizada no parágrafo antecedente, é referente à expressão do aspecto. Partindo-se do pressuposto de que, conforme afirma Mattos e Silva (2001[1994]), o aspecto não é marcado morfologicamente, defende-se neste estudo a tese de que a expressão aspectual se dá prioritariamente mediante o emprego de perífrases verbais. Outra generalização referente à categoria de aspecto é o fato de que esta não é expressa individualmente por uma das formas verbais constituintes da perífrase, mas é na construção que ela se manifesta; é a partir da coalescência entre os membros da perífrase que se torna manifesta a expressão das marcas aspectuais. ☒

Recebido em 29/01/2011. Aceito em 16/03/2011

COELHO, S. U.; VITRAL, L. T. SELECTION OF THE NOMINAL FORM IN THE VERBAL PERIPHRAISIS: THE RESULT OF A SYNTACTIC RESTRICTION OF THE GRAMMATICALIZATION OF AUXILIARY VERBS

Abstract

An auxiliary verb results from a process of grammaticalization in which a full verb becomes an auxiliary verb, forming a construction (verbal periphrasis). The success and productivity of such construction, however, result from a government relationship established between the governing term and the governed one, according to certain criteria. The diachronic research undertaken for five of the prototypical auxiliary verbs of the Portuguese language allowed the range of the following generalizations, which are discussed throughout this article: (a) in a verbal periphrasis, the selection of the forms is a consequence of restricting the syntactic contexts of the grammaticalized item and it is governed by the grammaticalized term, that is, by the auxiliary verb (regent term, therefore), which selects the nominal forms (governed term) with which

it will co-occur; (b) the selection of nominal forms is also restrictive and it is determined by two hierarchical criteria: (i) transitivity of the auxiliary verb and (ii) aspectual (in)compatibility among the elements of the periphrasis.

Keywords

Auxiliary; grammaticalization, construction, transitivity, aspect.

Referências

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro : Lucerna, 1999.

BELINE, R. *A gramaticalização da perífrase ESTAR + GERÚNDIO no português falado*. 1999. (Dissertação de Mestrado em Linguística) Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

BENVENISTE, É. *Problemas de lingüística geral I*. Trad. Maria da Glória Novak; Maria Luísa Neri; Rev. Isaac Nicolau Salum. 4. ed. Campinas, SP : Pontes, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995. (Linguagem crítica)

BRANDÃO, C. *Sintaxe clássica portuguesa*. Belo Horizonte : Edição do autor, 1963.

BYNON, T. *Historical linguistics*. Cambridge : Cambridge University Press, 1985.

BYNON, T. August Schileicher: indo-europeanist and general linguist. In.: BYNON, T.; PALMER, F. R. (org.). *Studies in the history of western linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. cap. 9, p. 129-149.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. *Princípios de Lingüística Geral*. 3. ed. Rio de Janeiro : Livraria Acadêmica, 1959.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. *Dicionário de Filologia e Gramática*. 2. ed. Rio de Janeiro : J. Ozon Ed., 1964.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. 28. ed. Petrópolis : Vozes, 1998.

CAMPOS, O. G. L. A.S. Um aspecto da gramaticalização de auxiliares: a interveniência de elementos entre o auxiliar e a perífrase. *Veredas: revista de Estudos Lingüísticos*, Juiz de Fora, vol. 2, n. 3, pp. 77-83, jul./dez. 1998.

CEHA – Centro de Estudos de História do Atlântico (CEHA), 1994. Disponível em: <http://www.ceha-madeira.net/>. ANTONIL. *Cultura e opulência no Brasil na lavra do açúcar. Engenho real moente e corrente (1711)*.

CHOMSKY, N. *Syntactic Structures*. Mouton: The Hague, 1957

COELHO, S. M. (2006). *Estudo diacrônico do processo de expansão gramatical e lexical dos itens TER, HAVER, SER, ESTAR e IR na Língua Portuguesa*. 2006. (Tese de Doutorado em Estudos Lingüísticos) Belo Horizonte: Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.

COHEN, M. A. A. M. Gramaticalização e reanálise na língua portuguesa. In: GALERY, L.; FARIAS, M. E. V. (orgs.). *Caligrama*. Revista de estudos românicos. Belo Horizonte, v. 1, pp. 43-52, out. 1988.

COHEN, M. A.; PRADO, S.; SEABRA, M. C. (orgs.). BTLH – Dados de Barra Longa, MG. In: *Filologia e Lingüística Portuguesa*. N. 2. São Paulo : Humanitas, FFLCH/USP, 1998.

COHEN, M. A. *BTLH – banco de textos para pesquisa em lingüística histórica: textos dos séculos XIV ao XX*. Edição eletrônica. Fale/UFMG/CNPq, 1999.

COMRIE, B. *Aspect: an introduction to the study of verbal aspect and related problems*. Cambridge : Cambridge University Press, 1976.

COSTA, J. P. *Vereações da Câmara Municipal do Funchal Século XV*. Núcleo para Estudo da História do Municipalismo no Mundo Português. In.: CEHA – Centro de Estudos de História do Atlântico (CEHA), 1994. Disponível em: <http://www.ceha-madeira.net/>.

COSTA, S. B. B. *O aspecto em português*. 2. ed. São Paulo : Contexto, 1997. (Repensando a Língua Portuguesa).

CUNHA, C. F.; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1985.

DIAS, J. J. A. (transc.) *Livro dos conselhos de El-rey D. Duarte* (livro da cartuxa). Lisboa : Estampa, 1982.

GARÇÃO, C. *Obras completas*. Lisboa : Livraria Sá da Costa, 1982, v. II. (Prosas e Teatro).

HARRIS, M. The 'past simple' and the 'present perfect' in romance. In.: VINCENT, Nigel; HARRIS, Martin (orgs.) *Studies in the Romance Verb*. London: Croom Helm Ltd, 1982, p. 43-70.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge : Cambridge University Press, 1993.

ILARI, R. *A expressão do tempo em português*. 2. ed. São Paulo : Contexto, 2001. (Repensando a Língua Portuguesa).

JORNAL HOJE EM DIA. Edições eletrônicas de 02 a 04 de abril de 2000. Disponível em <http://www.hojeemdia.com.br/hojedia.cgi>. Acesso em: 06/04/2000.

KAYNE, R. On certain differences between French and English. *Linguistic Inquiry*. Massachusetts Institute of Technology, v. 12, n. 3, p. 349-371, Summer 1981.

MATTOS E SILVA, R. V. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. 2. ed. São Paulo : Contexto, 2001. (Repensando a Língua Portuguesa).

MARIA DO CÉU, S. Aves ilustradas em avisos para as religiosas servirem os ofícios dos seus mosteiros. In.: FERREIRA, J. P (ed.). *Novelistas e contistas portuguesas dos séculos XVII e XVIII*. Lisboa : Imprensa Nacional, 1981.

MATTOSO, J. *Narrativa dos livros de linhagens*. Lisboa : Imprensa Nacional : Casa da Moeda, 1983.

MORELO, S. *A relativização da verdade em Herótodo*. 2000. 000p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, FAFICH/UFMG, Belo Horizonte.

NASCIMENTO, M.; DILLINGER, M. The lexicon and the form of a minimalist grammar: evidence from Brazilian Portuguese. In.: SCHLIENBEN-LANGE, B; KOCH, I. V.; JUGBLUTH, K. (Orgs.). *Dialog Zwischen den Schulen*. Münster, 2003, v. 1, p. 155-179.

NEVES, M. H.M. *Gramática de usos do português*. São Paulo : Editora UNESP, 2000.

PONTES, E. *Verbos auxiliares em português*. Petrópolis : Vozes, 1973. (Perspectivas Lingüísticas/10)

POUNTAIN, C. Essere/Stare as a Romance Phenomenon. In.: VINCENT, N.; HARRIS, M. (orgs.) *Studies in the Romance Verb*. London: Croom Helm Ltd, 1982, p. 139-160.

RADFORD, A. *Syntactic Theory and the Structure of English. A minimalist approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

RAPOSO, E. P. *Teoria da gramática: a faculdade da linguagem*. Lisboa : Editorial Caminho, 1992. (Série Lingüística).

ROSA, G. Sarapalha, 1946. In: Brazil: news from Brazil. Disponível em: <http://www.brazil-brasil.com/shosep96.htm>.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 8. ed. rev. e atual. Por Mário Eduardo Viaro. São Paulo : Companhia Melhoramentos : Brasília, DF : Editora Universidade de Brasília, 2001.

TRAVAGLIA, L. C. *O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão*. ed. rev. Uberlândia : Universidade Federal de Uberlândia, 1985.

TRAVAGLIA, L. C. (2002). Verbos de ligação: itens lexicais ou gramaticais?. *Estudos Lingüísticos XXXIII*. Campinas, SP: Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo / UNICAMP, 2004: 01- 06 (Revista Publicada em CD-ROM – ISSN: 1413 0939). Artigos indexados no LLBA (Linguistic and Language Behavior Abstracts) e no MLA (Modern Language Association).